

Defensoria Pública de Minas Gerais dá continuidade ao seu processo de expansão e inaugura novas unidades no Norte do Estado

A Defensoria Pública inaugurou três novas unidades no Norte de Minas: Francisco Sá, São João da Ponte e Januária, bem como a nova sede da instituição em Janaúba.



Defensora-geral, Christiane Malard, e mesa solene, na sede da Defensoria Pública em Montes Claros

A solenidade comemorativa da expansão foi realizada em Montes Claros, sede da regional Norte, no dia 07 de março, com a presença da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, defensores públicos locais, de outras comarcas e da União, autoridades municipais e estaduais dos poderes legislativo, executivo e judiciário, Ministério

Público, Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros, além de representantes de entidades públicas e privadas do Município. Presentes no evento, o secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste, Paulo Guedes, e o deputado Cristiano Silveira

>> continua na p.3



MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Com grande satisfação, abro esta mensagem reportando-me ao início da expansão da Defensoria Pública de Minas Gerais no Norte do Estado. Com a instalação da DPMG nas comarcas de Francisco Sá, Janaúria e São João da Ponte, todas na Região Norte, onde estão os municípios com o menor índice de IDH de Minas Gerais, demos os primeiros passos em cumprimento à emenda constitucional nº 80. Na mesma ocasião, inauguramos também nova sede em Janaúba. Novas instalações, que oferecem maior conforto aos assistidos e melhores condições de trabalho aos defensores públicos e servidores, em continuidade à política institucional de unidades custeadas com recursos próprios.

Outro destaque importante foi a reunião que tive com o vice-governador. Antônio Andrade, cujo papel na aprovação da Lei Complementar 65/2003 foi fundamental, renovou seu apoio à nossa Instituição, em relação à tramitação, na ALMG, do projeto de lei que prevê reforma parcial do texto da lei orgânica da DPMG. Neste aspecto, reuni-me com o deputado estadual Gustavo Valadares, Líder da Minoria, com o deputado Gustavo Corrêa, Líder do Bloco Verdade e Coerência, com o deputado Vanderlei Miranda, Líder da Maioria e com o Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco Minas Melhor para apresentar referido projeto e pedir apoio e celeridade em sua tramitação.

Em continuidade à constante interlocução que tenho buscado com o Executivo, visitei também, o secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Paulo Guedes, e o secretário adjunto de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru), Bruno Oliveira Alencar. E, no dia 14, reuni-me com o advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior, para tratar de assuntos institucionais relativos às restrições orçamentárias atualmente enfrentadas pelo Governo do Estado.

Com uma reunião em que participaram membros da Administração Superior, defensores e servidores, no dia 11, iniciamos os trabalhos para elaboração do Planejamento Estratégico da DPMG. O projeto foi apresentado pelo professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro, Marconi Martins de Laia. Aproveito para conclamar a todos que participem e se envolvam neste processo, que é participativo e só terá sua efetividade alcançada com a contribuição de todos. Vamos construir juntos a Defensoria que queremos! Para encaminhamento de sugestões ou dúvidas, foi disponibilizado o email planejamento.estrategico@defensoria.mg.gov.br. Nesta semana, lembro que está aberto, e vai até o dia 21, o prazo para apresentação de sugestões para o PGA 2016/2017. Também o Prêmio Innovare está com inscrições abertas e seu prazo vai até 12 de maio.

Ressalto, por oportuno, a 2ª reunião ordinária de 2016 do Condege, da qual participei, em Brasília. No mesmo dia, 15 de março, reuni-me com o ministro do STJ, Sebastião Reis. Encontrei-me também, com a ministra do STF, Cármen Lúcia, por ocasião da abertura do ano de 2016 na Faculdade de Direito da UFMG, cuja aula magna foi proferida por ela. E participei de palestra sobre o novo CPC ministrada pelo professor doutor Freddie Didier Júnior, em evento promovido pelo TJMG.

Destaco ainda, as tratativas iniciadas com a Receita Federal e com o CREA-MG visando à possibilidade de firmar parcerias e convênios que poderão aperfeiçoar nosso atendimento.

Acompanhe ainda nesta edição do Boletim, a 1ª reunião da Comissão de Reforma da Deliberação 07/2004, que analisará o regimento interno do Conselho Superior; o atendimento da Defensoria Itinerante em Aracitaba; a participação da DPMG na 10ª Ação Rotária em Janaúba e em audiência pública que aprovou parecer relativo ao projeto de lei sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência; a interdição parcial por superlotação de presídio em Varginha, por meio da atuação da Defensoria Pública; as presenças da Instituição na mídia; e as últimas edições do Projeto “Sala de Espera” que, neste mês, foram voltadas para o debate e informação sobre violência doméstica. Confira também as visitas recebidas pela Defensoria-Geral e as participações em eventos.

Para finalizar, convido a todos para participarem, na segunda-feira, dia 21, do encontro que marcará a apresentação da nova Unidade de Execuções Penais da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves, bem como a expansão do atendimento da Instituição na comarca.

Boa leitura a todos!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral

Continuação da CAPA | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Defensoria Pública inaugura novas unidades no Norte de Minas

A inauguração das unidades em Francisco Sá, Januária e São João da Ponte irá beneficiar mais de 200 mil cidadãos, moradores de 34 municípios e localidades integrantes das comarcas. A expansão dá continuidade ao cumprimento da Emenda Constitucional 80/2014, que prevê, em até oito anos, a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas brasileiras.

Presidindo a mesa de trabalhos, a defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada do secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste, Paulo Guedes; do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, deputado Cristiano da Silveira; da coordenadora da regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos; do coordenador local, Cláudio Pimenta; do presidente da Associação dos Defensores Públicos – Adep/MG, Eduardo Cyrino Generoso; do vereador Valci Soares Silva; da diretora do Foro de Montes Claros, juíza Rosana Soares Silqueira; da diretora da Secretaria das Promotorias de Justiça de Montes Claros, promotora Aloísia Beraldo Ribeiro; do defensor público da União, Rodrigo Braz Barbosa; do comandante da 10ª Região PMMG, cel. César Ricardo de Oliveira Guimarães; do delegado regional de Polícia Civil, Giovane Ciervi Andrade; do major BM Doriedson Souza Silva, representando o comando do 7º Batalhão de Corpo de Bombeiros; do presidente da OAB/subseção Montes Claros, André Crisóstomo Fernandes; e pelo chefe de gabinete da prefeitura de Montes Claros, Geraldo Edson Souza Guerra, representando o prefeito Ruy Muniz.

Conforme explicou a defensora-geral, Christiane Malard, a escolha das três novas comarcas obedeceu



Defensora-geral, Christiane Malard

aos critérios de adensamento populacional e índice de desenvolvimento humano (IDH). “São cidadãos carentes, que vivem em verdadeira subcidadania, que muitas vezes não conseguem sequer gritar por auxílio. Agora, estes cidadãos contarão com agentes de transformação social que atuarão nos conflitos sociais, mediando-os quando possível”, reforçou.

A defensora-geral apresentou um balanço da atuação da DPMG em 2015, quando foram produzidos aproximadamente dois milhões de atendimentos e prestações jurídicas, em média 3,4 mil atos por defensor público. “Conforme dados da Gerência de Orientação dos Serviços Judiciais Informatizados (Gescom), da Corregedoria-Geral de Justiça, do TJMG, no ano passado foram ajuizados mais de 1,7 milhão de novos processos, destes, quase 40%, ou seja, aproximadamente 610 mil, foram oriundos da Defensoria Pública. E somos apenas 663 agentes de transformação social, nas 112 das 296 comarcas do Estado”, completou.

“A Defensoria Pública vem fazendo frente às demandas, promovendo o acesso à Justiça do cidadão mineiro. A exemplo, a atuação no projeto Audiência de Custódia, cuja participação representa 92% das audiências realizadas em Minas Gerais”, continuou Christiane Malard. Entre agosto e outubro de 2015, a DPMG atuou em 1.588 sessões. Deste total, 784 resultaram em concessão de liberdade provisória.

Outro ponto salientado pela defensora-geral foram as ações extrajudiciais promovidas nas mais diversas frentes. A Defensoria-Geral destacou o Mutirão Direito a Ter Pai, realizado em parceria com o TJMG, cujo objetivo é o reconhecimento de paternidade; o Casamento Coletivo, realizado em 2015 em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça e Cartórios de Registro Civil; e o programa da Defensoria Especializada em Saúde, que busca soluções extrajudiciais às demandas de saúde pública, garantindo maior agilidade aos assistidos e economia para os cofres públicos.

“Em primeira mão, anuncio, também, a expansão deste programa para Montes Claros. Por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado com o Estado, em breve, a Defensoria Pública da comarca contará com o apoio de um farmacêutico para os atendimentos na área de Saúde”, anunciou a defensora-geral.

>> [Clique aqui para ver o discurso da DPG.](#)

>> continua na p.4

Continuação da página 3 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Defensoria Pública inaugura novas unidades no Norte de Minas

Christiane Malard destacou a parceria com a SES/MG como fundamental para reduzir os casos de judicialização da saúde. Montes Claros será a primeira cidade do interior do Estado que disponibilizará um farmacêutico para atendimento, dentro da Defensoria Pública, de pessoas que precisam de medicamentos fornecidos pelo Governo.



Deputado Cristiano Silveira

A defensora-geral finalizou agradecendo a todos os defensores públicos e parceiros que tornaram possível a realização deste sonho: levar o acesso à justiça a quem mais precisa da Defensoria Pública.

Presente na solenidade, o deputado estadual Cristiano da Silveira disse que como presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, testemunha o trabalho que a Defensoria Pública desempenha no Estado na luta pela garantia dos Direitos Humanos, especialmente dos mais vulneráveis, além da participação efetiva nas decisões legislativas que buscam o incremento de suas atividades “É uma necessidade efetiva a presença da Defensoria Pública junto às comunidades mais carentes, pois somente por meio dela que se pode garantir o verdadeiro Estado Democrático de Direito”.

Para o secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste, Paulo Guedes, a inauguração de três unidades da Defensoria Pública, em comarcas com IDH tão baixos, oferecendo a assistência jurídica gratuita à população, é uma conquista muito importante. “Ao assegurar a todos os cidadãos o acesso à justiça, com direito à assistência jurídica integral e gratuita, a Defensoria Pública assume um papel social muito importante, promovendo a dignidade dessa população e a verdadeira justiça social”, concluiu.

>> continua na p.5



Presentes na solenidade de expansão da DPMG no Norte de Minas, os defensores públicos em atuação na comarca de Montes Claros

Continuação da página 4 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Defensoria Pública inaugura novas unidades no Norte de Minas

Secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste, Paulo Guedes



Fortalecimento

O coordenador local da Defensoria Pública em Montes Claros, Cláudio Pimenta, parabenizou o trabalho que a Defensoria-Geral vem desenvolvendo para dar cumprimento ao que determina a Constituição Federal, especialmente por priorizar as comarcas da região Norte do Estado. “O Norte mineiro é uma região que sempre careceu da presença da Defensoria Pública em suas comarcas, pois é uma das regiões onde se concentra a maior população carente do Estado e o defensor público tem que estar onde a população mais necessita”, ressaltou.

Já a coordenadora da Regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos, afirmou que a data é um marco na história da Instituição na região. “Esta é uma luta que travamos há muito tempo e hoje damos um passo importante para o Norte, estamos levando a Justiça para aqueles que mais necessitam. Mas muito ainda temos que fazer, pois muitas comarcas ainda estão desprovidas de defensores públicos”, disse.

>> continua na p.6



Coordenador local em Montes Claros, Cláudio Pimenta

Continuação da página 5 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Defensoria Pública inaugura novas unidades no Norte de Minas



Coordenadora da regional Norte, Maurina Matos

Em seguida, o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, falou sobre a alegria de retornar ao Norte de Minas para testemunhar a ampliação da DPMG na região. “Esperamos que ainda neste governo possamos avançar ainda mais, seja na valorização do defensor, seja na ampliação do nosso atendimento, sempre com o foco na defesa dos nossos assistidos e na garantia dos direitos humanos”.

>> [Clique aqui para ver mais fotos.](#)

DPMG na mídia

A solenidade em Montes Claros, foi notícia na região. >> **Clique nos links abaixo para ver:**

MGTV 1ª Edição | **MGTV 2ª Edição**

Agência Minas | **Sedinor**

Prefeitura de Montes Claros

Defensora-geral, Christiane Malard, entre o secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste, Paulo Guedes, e o deputado Cristiano Silveira



EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de Francisco Sá



Defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard; presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso; defensora pública em atuação na comarca, Dandy de Carvalho Soares Pessoa; e a coordenadora da Regional Norte, Maurina Matos; descerram a placa de inauguração

No dia 7 de março, iniciando a expansão da Defensoria Pública de Minas Gerais na Região Norte do Estado, a Instituição inaugurou uma unidade na comarca de Francisco Sá. Com a inauguração, moradores de Capitão Enéias e dos distritos de Canabrava, Caçarema, Catuni e Santana da Serra, além do município de Francisco Sá, passaram a contar com os serviços de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita oferecidos pela DPMG aos necessitados.

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, falou sobre a necessidade de expansão da Defensoria Pública para todas as unidades jurisdicionais, no período de oito anos, estabelecida pela emenda constitucional nº 80, e sobre o firme propósito da Instituição e dos defensores públicos de cumprir a meta. “Apesar de todas as dificuldades, para nós, defensores públicos, a chama da esperança de uma instituição realmente forte, autônoma e em todas as comarcas do Estado, em hipótese alguma, apaga-se em nossos corações”.

Ao falar sobre eficiência na gestão pública, a DPG reiterou a necessidade do “estabelecimento de metas e resultados, planejamento e, sobretudo, coragem”. Christiane Malard reforçou ainda, o foco no assistido. “É preciso ter em mente aquele que mais precisa quando se busca o Norte para o crescimento institucional”.



DPG Christiane Malard

A defensora-geral agradeceu ao Governo do Estado pelo investimento que garantiu os recursos para a inauguração da unidade, e aos parceiros em importantes projetos – Prefeitura Municipal, Tribunal de Justiça, Poder Legislativo Estadual, Câmara Municipal, Ordem dos Advogados e Polícias Militar e Civil.

Christiane Malard agradeceu ainda aos defensores públicos, nas pessoas da coordenadora da Regional Norte, Maurina Matos, e da defensora pública em atuação na comarca de Francisco Sá, Dandy de Carvalho Soares Pessoa, “pelo empenho e dedicação, que tornaram este sonho possível”.

>> continua na p.8

Continuação da página 7 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de Francisco Sá

A defensora pública, Dandy de Carvalho Soares Pessoa, salientou a importância da instalação da DPMG para a população da comarca e agradeceu as presenças, em especial, da defensora-geral, a quem reconheceu publicamente o empenho na instalação de unidades da Defensoria Pública na Região Norte. A defensora pública expressou sua satisfação em atuar na região, afirmando que se trata de uma experiência de vida e que “todo defensor público deveria iniciar suas atividades nas comarcas mais carentes, pois são nelas que, realmente, se vive a experiência de ser defensor público”.

Dandy de Carvalho forneceu algumas informações sobre a Instituição e o trabalho desenvolvido por ela e destacou que o modelo de Defensoria Pública adotado pelo Brasil, em que o Estado paga servidores públicos para atenderem a população carente, é considerado o mais eficiente no mundo, sendo inclusive recomendado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, para que seja adotado por outros estados das Américas.

Ao informar que, em 2006 foi interrompido o atendimento da DPMG em Francisco Sá, a coordenadora da Regional Norte, Maurina Matos, declarou sua alegria com a reinstalação da DPMG no local e destacou os últimos defensores públicos que atuaram na comarca, Edna Guimarães Câmara e Reginaldo Rodrigues Santos. Maurina Matos ressaltou a necessidade

da comarca pelos serviços da Defensoria, não apenas pela existência da penitenciária. “A Defensoria Pública é hoje uma instituição que tem se alargado muito no atendimento às demandas da sociedade, não só no atendimento individual, mas nas demandas coletivas. Só podemos falar em um verdadeiro Estado Democrático de Direito, se existir a presença do defensor público, notadamente para as populações mais vulneráveis, como é a população do Norte de Minas. Os critérios na escolha das comarcas foram técnicos, sendo o índice de IDH, um deles. Na Região Norte de Minas é onde encontramos os municípios com menor IDH”, afirmou. A coordenadora declarou sua satisfação em ver a concretização do programa de expansão da defensora pública-geral, Christiane Malard.

A solenidade contou também com a presença do assessor Institucional da DPMG, Gério Patrocínio Soares; dos defensores públicos em atuação em Montes Claros, Camila Umpierre, Maria Teresa Silveira Santos, Wesley Soares Caldeira, Isméria Tupinambá Dilelis e Edna Guimarães Câmara; da gestora da DPMG em Montes Claros, Maísa Rodrigues; do coordenador Local da Defensoria Pública em Montes Claros, Cláudio Fabiano Pimenta e do chefe da Assessoria Militar da DPMG, tenente coronel Westerson Guimarães Pinto, além de outras autoridades.

>> continua na p.9

Defensora pública, Dandy de Carvalho Soares Pessoa



Coordenadora da Regional Norte, Maurina Matos, acompanhada pela DPG



Continuação da página 8 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Defensoria Pública inaugura unidade na comarca de Francisco Sá



Defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e demais autoridades presentes na solenidade



>> [Clique aqui para ver mais fotos.](#)

EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de Januária

Em sequência às inaugurações que iniciaram o processo de expansão da Defensoria Pública no Norte de Minas, foi inaugurada, no dia 08 de março, a nova sede da Defensoria Pública em Januária. Com a instalação da unidade, moradores de Januária, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Pedras de Maria da Cruz, distritos

de Cruz dos Araújo, Levinópolis, Olhos D'água do Bom Jesus, Pandeiros, Riacho da Cruz, São Joaquim, São Pedro das Tabocas, Tijuco e Várzea Bonita, serão beneficiados pelos serviços da DPMG.

>> *continua na p.10*



Descerramento da placa inaugurativa pela defensora-geral, Christiane Malard; pela coordenadora da Regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos; pelos defensores públicos Leonardo Monteiro do Amaral (coordenador) e Breno Tadeu de Melo Silveira; e pelo presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso

Continuação da página 9 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de Januária

A unidade contará com a atuação dos defensores públicos, Leonardo Monteiro do Amaral e Breno Tadeu de Melo Silveira, e prestará atendimento nas áreas de Famílias e Sucessões, Criminal, Execução Penal, JESP Criminal e Ato Infracional

A inauguração contou com a presença de defensores públicos de outras comarcas, de autoridades do Legislativo, Executivo e Judiciário, representantes eclesiais, representantes das Polícias Militar e Civil e Corpo de Bombeiros, entidades públicas e privadas.

No discurso de inauguração, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, enfatizou a necessidade de uma gestão eficiente, com o estabelecimento de metas e resultados, planejamento e, sobretudo, coragem. “Com prudência, compromisso e visão do futuro, vamos esticando e espalhando a Casa da Cidadania para o norte de Minas, garantindo o acesso à Justiça e educação em direitos para o cidadão carente”, completou.

Em seguida, agradeceu o apoio do governo de Minas, por meio da garantia de recursos que permitiram o início do processo de ampliação de unidades para o interior do Estado, aos parceiros e, por fim, aos defensores públicos que tornaram possível a realização deste sonho. “Parafraçando William Shakespeare, se for pecado ambicionar igualdade de defesa, de oportunidade, paridade de armas, direito a ter voz para os hipossuficientes de nosso Estado, nós, defensores públicos, seremos as almas mais pecadoras que já existiram...”, exclamou.

Após o descerramento da placa inaugurativa, foi feita a benção do local pelo pastor Luiz Carlos e pelo bispo de Januária, dom José Moreira da Silva. Em suas preces, os religiosos falaram sobre o sacerdócio do

defensor público de promover a Justiça na Terra

O coordenador local, Leonardo Monteiro do Amaral, fez uma reflexão sobre o dia 08 de março, data em que se comemorou o dia internacional das Mulheres. “A história projeta o futuro. A exemplo disso, que hoje temos uma mulher à frente de nossa instituição, mulher não só no gênero, mas também na determinação”, pontuou.

Em seguida, Leonardo Amaral falou sobre a expansão da DPMG. “Com muita coragem e respeito, a Defensoria Pública está levando a igualdade e a cidadania para onde estão os assistidos mais carentes desta Minas Gerais tão grande.”, salientou.

Agradeceu, ainda, o trabalho dos servidores da Casa, responsáveis pelo acolhimento do assistido e salientou a competência e seriedade do companheiro de comarca, defensor público Breno Silveira.

A coordenadora da regional Norte, Maurina Matos, salientou a importância da solenidade para o Norte de Minas, “símbolo de uma conquista, após anos de luta. A Defensoria Geral lançou, com muita sensibilidade, os olhos para nossa região, principalmente para a comarca de Januária, terra de um povo trabalhador, acolhedor, mas muito sofrido”.

Maurina Matos lembrou que a regional é composta por 22 comarcas, e a Defensoria Pública só estava presente em três: Montes Claros, Janaúba e Pirapora. Além de Januária, foram inauguradas, também, unidades em Francisco Sá e São João da Ponte. “Já foi dado o pontapé inicial. Esperamos que, com a parceria das demais instituições, em breve, possamos inaugurar mais unidades em nossa região”, finalizou.

>> continua na p.11



Coordenador local Leonardo Amaral

DPMG na mídia

A solenidade de inauguração da unidade de Januária foi notícia na região.

>> **Clique nos links abaixo para ver:**

Rádio Alternativa
Norte Notícias

Continuação da página 10 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de Januária



A defensora-geral, Christiane Malard, acompanha da coordenadora da regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos; do coordenador local em Januária, Leonardo Monteiro do Amaral; do assessor institucional, Gério Patrocínio Soares; do presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; do coordenador da DPMG em Montes Claros, Cláudio Pimenta e do defensor público Breno Silveira

>> [Clique aqui para ver mais fotos.](#)

EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade em São João da Ponte

Em sequência às inaugurações que marcaram a expansão do atendimento da Defensoria Pública de Minas Gerais na Região Norte, na tarde do dia 8 de março, a Instituição inaugurou uma unidade em São João da Ponte. Moradores de toda a comarca, composta também pelos municípios de Ibiracatu, Lontra e Varzelândia, além dos distritos de Campo Alegre

de Minas, Brejo de Mutambal, Campo Redondo, Condado do Norte, Olímpio Santos, Santo Antônio da Boa Vista e Umbuzeiro, passaram a ter acesso à assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, nas áreas Cível, Família, JESP Cível e Infância Cível.

>> continua na p.12



Descerramento da placa de inauguração

Continuação da página 11 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de São João da Ponte

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, iniciou sua fala fazendo um breve histórico das origens da cidade e declarou sua satisfação em inaugurar mais uma sede da Defensoria Pública. “Onde o cidadão carente está, a Defensoria Pública deve estar. Este é o mandamento imposto pela Carta da República”, afirmou.

Sobre a expansão da DPMG, Christiane Malard afirmou: “com prudência, compromisso e visão de futuro, vamos cada vez mais esticando e espalhando a Casa da Cidadania para o Norte de Minas. Mais acesso à justiça e educação em direitos para o cidadão carente”. “Para avançar, é indispensável ter força, correção e sabedoria. Força para desobstruir os obstáculos, sabedoria para fazê-lo, e correção para praticar o bem”, completou a DPG.

A defensora-geral reiterou seu agradecimento ao governador, pelo investimento de recursos, e aos parceiros Prefeitura Municipal, Tribunal de Justiça, Poder Legislativo Estadual, Câmara Municipal, Ordem dos Advogados e Polícias Militar e Civil. “Somos diversas instituições que trabalham com um único propósito: oferecer um serviço público de qualidade à população”, concluiu.

A coordenadora da Regional Norte, Maurina Matos, ressaltou a importância da Defensoria Pública para a população da região e parabenizou a defensora-geral pela sensibilidade em instalar as novas comarcas. “Só quem conhece o Norte de Minas, sabe a dor e as dificuldades que a população local sofre com as dificuldades de acesso à justiça. Agradecemos à defensora-geral pela luta e a coragem em instalar as novas unidades, inclusive enfrentando forças contrárias.

O coordenador Local, Thiago Calixto Morais Guimarães, falou sobre a emenda constitucional nº 80/14, que alterou a Constituição Federal, determinando que, no prazo de oito anos, os estados devam contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, e ressaltou o acerto da Defensoria de Minas na escolha da região para iniciar a expansão. “A Região Norte se apresenta como a região com menor índice de desenvolvimento humano do estado e, portanto, com o maior nível de exclusão social. É composta por um povo carente, necessitado e que, em sua maioria, ignora seus direitos”. O coordenador reiterou o compromisso da Instituição “na prestação de uma assistência jurídica



**Coordenador Local, defensor público,
Thiago Calixto Morais Guimarães**

de qualidade, promovendo a educação em direitos, garantindo o acesso à justiça e buscando melhorar a condição de vida da população da comarca de São João da Ponte”.

Antes dos pronunciamentos, a secretária Municipal de Planejamento, Genilza Ribeiro, fez a leitura de um texto, em homenagem às mulheres, pelo Dia Internacional das Mulheres.

A solenidade contou também com a presença do assessor Institucional da DPMG, Gério Patrocínio Soares; do coordenador Local da DPMG em Montes Claros, Cláudio Fabiano Pimenta; do defensor público, Cantídio Filho; de Humberto Luiz Ferreira; da secretária Municipal de Educação, Ellen Quezia Rodrigues de Jesus; do presidente da Câmara Municipal, vereador, Geraldo Filigônio; do prefeito de Ibiracatu, Joel Ferreira Lima; do juiz Cantídio Dias de Freitas; do presidente da OAB/Subseção São João da Ponte, Rodrigo D’Angeles Gusmão; da oficial Judiciária do TJMG – Fórum São João da Ponte – Amanda Rodrigues Durães; da oficial do cartório de Registro de Imóveis do Município. Ana Caroline Ceolin; do subtenente comandante do 5º pelotão de Polícia Militar, Gilberto Ferreira Santos; e do chefe da Assessoria Militar da DPMG, tenente coronel Westerson Guimarães Pinto.

>> continua na p.13

Continuação da página 12 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Inauguração da unidade na comarca de São João da Ponte



Defensora-geral, Christiane Malard, e demais autoridades presentes no evento

[>> Clique aqui para ver mais fotos.](#)

EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Novas instalações em Janaúba

No dia 09 de março, a Defensoria Pública inaugurou novas instalações da Instituição na comarca de Janaúba. A iniciativa dá continuidade à política institucional de instalação de unidades custeadas com recur-

sos próprios. Atualmente, quatro defensores públicos atuam na comarca de Janaúba nas seguintes áreas: Família, Cível, Criminal e Cooperação e Conflitos.

>> continua na p.14



Defensora pública-geral, Christiane Malard; coordenadora da regional Norte, Maurina Matos; assessor institucional Gério Patrocino Soares; coordenadora local em Janaúba, Claudijane dos Santos Gomes; e defensores públicos em atuação na comarca: Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, Valdelúcio da Silva Fernandes e João Helton Barbosa

Continuação da página 13 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Novas instalações em Janaúba



Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, autoridades duante o descerramento da placa inaugurativa

A solenidade contou com a presença da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada da coordenadora da regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos, do assessor institucional, Gério Patrocínio Soares (institucional) e do ten. cel Westerson Pinto, da Assessoria Militar da DPMG, além de outras autoridades.

Presentes, ainda, as seguintes autoridades: prefeito municipal, Yuje Yamada; presidente da Câmara Municipal, Armando Peninha Batista; prefeito de Nova Porteirinha, Raul Alves da Rocha; diretora do Foro de Janaúba, juíza Solange Procópio Xavier e os juízes Roberta Dayrell e Ériton Magalhães; promotores de Justiça Vanessa do Carmo Diniz, Hilton Silva Alonso Júnior e Daniel Castro e Melo; presidente da OAB, seção Janaúba, Janer Ruas de Abreu; comandante do 55º Batalhão PM, ten. cel. Marcelo Alves Coelho; delegada regional de Polícia Civil, Geciane Soares Cangussu, ten. do Corpo de Bombeiros de Janaúba, Farley Michel Antunes; diretor do Presídio Regional, Geraldo Elson Silveira e superintendente regional de Ensino, Veraci de Souza Jacome.

“Casa nova. Compromisso cumprido. Novos desafios”. Foi assim que a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, iniciou o discurso de inauguração, afirmando que, para a ins-

tituição desempenhar suas funções, é necessária uma estrutura adequada de trabalho. “Em primeiro lugar, uma sede própria valoriza nosso trabalho e aumenta exponencialmente nossa visibilidade, potencializando, ainda mais, o trabalho dos defensores e servidores”.

Christiane Malard ressaltou, ainda, que a inauguração das novas instalações representou a concretização de mais um objetivo da atual administração, “inaugurando uma sede nova, confortável, acessível e com mais espaço tanto para os defensores públicos quanto para os assistidos”, completou.

Em seguida, parabenizou cada um dos defensores públicos que atua na comarca pelas atuações judiciais e extrajudiciais efetivas. Agradeceu, também, às demais instituições presentes o apoio e a parceria.

A coordenadora local da Defensoria Pública em Janaúba, Claudijane dos Santos Gomes, destacou que a instituição foi instalada na comarca em 1998, e que desde então, foi crescendo e expandindo sua atuação. “Funcionamos em vários endereços, mas sempre buscando um lugar onde pudéssemos acolher, da melhor forma possível, nossos assistidos e oferecer um ambiente adequado de trabalho, tanto para defensores públicos, quanto para servidores e estagiários”.

>> continua na p.15

Continuação da página 14 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Novas instalações em Janaúba



Ao encerrar seu discurso, a defensora-geral deixou uma mensagem aos assistidos da DPMG: “Continuaremos firmes, probos e com o coração aberto para a edificação do acesso amplo e integral à Justiça”

Claudijane Gomes agradeceu, também, a presença de todos, “a celebração da alegria tem que ser externada e compartilhada com todos os parceiros”, completou. Na oportunidade, a coordenadora local anunciou o início do projeto de Mediação Escolar – Mesc, realizado pela Defensoria Pública em parceria com a Secretaria de Estado da Educação. “Este é um projeto de extrema importância para a mediação nas escolas. A Defensoria Pública está de portas abertas para auxiliar ao cidadão, para formalizar novas parcerias e para trabalhar pelo bem da nossa sociedade.

A coordenadora regional, Maurina Fonseca Mota de Matos, ressaltou que a Defensoria Pública é a instituição responsável por garantir o atendimento adequado ao cidadão carente. “A Defensoria Pública é o último alento daquele cidadão que está excluído de seus direitos. É na figura do defensor público que ele busca o alento, o apoio e a garantia de que estes direitos serão resguardados. Portanto, é fundamental oferecer a este cidadão um espaço no qual se sentirá acolhido”.

>> continua na p.16



Coordenadora local em Janaúba, Claudijane dos Santos Gomes

Continuação da página 15 | EXPANSÃO NO NORTE DE MINAS

Novas instalações em Janaúba

Reunião Institucional

Ao final da solenidade, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com os defensores da comarca com o objetivo de fortalecer as relações entre a Defensoria-Geral e a unidade, além de avaliar ‘in loco’ da realidade da comarca e conhecer os projetos desenvolvidos nela.

Christiane Malard apresentou um panorama do atual momento econômico de Minas Gerais. Em seguida, falou sobre os investimentos em infraestrutura na Instituição. A defensora-geral res-

saltou que a estruturação da Defensoria Pública é um dos grandes desafios que a instituição enfrenta atualmente, explicando que, tendo em vista a impossibilidade no momento de se ampliar o quadro de pessoal, a Defensoria Geral está buscando investimentos para a estruturação das comarcas, com a aquisição de equipamentos, estagiários e novas instalações com condições adequadas de trabalho para o defensor público e atendimento para o assistido.



Defensores públicos João Helton Barbosa, Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos e Valdelúcio da Silva Fernandes; coordenadora da regional Norte, Maurina Fonseca Mota de Matos; assessor institucional, Gério Patrocínio Soares; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e coordenadora local da Defensoria Pública em Janaúba, Claudijane dos Santos Gomes

>> [Clique aqui para ver mais fotos da visita da DPG em Janaúba-MG](#)

DPMG na mídia

A solenidade de inauguração das novas instalações da Defensoria Pública em Janaúba foi notícia na região.

>> Clique nos links para ver:

Onda Norte FM

| Oliveira Júnior

Defensora-geral prestigia palestra da ministra Cármen Lúcia, do STF

No dia 14.03.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na aula magna proferida pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia. A palestra marcou o início do ano letivo de 2016 na Faculdade de Direito da UFMG.

Para um auditório lotado, e com a presença do reitor da UFMG, Jaime Ramírez, a ministra destacou que a democracia está cada vez mais forte. “Andamos muito para chegar a um tempo em que a pluralidade, que está prescrita na Constituição, seja a tônica da vida de cada um de nós. A democracia, mais que um regime, é um modo de vida e uma conquista permanente”, afirmou.

Cármen Lúcia pontuou, no entanto, que o Brasil

vive atualmente em estado de guerra. “E não é uma guerra contra o Estado, não é raiva do servidor ou do presidente, mas a raiva é do vizinho porque ele não pensa igual. A intolerância é de uma geração que não quer nada diferente. E não se resolve a vida com raiva. Nós, do Direito, temos o dever de trabalhar pela pacificação – não no sentido abstrato, mas no sentido de viver em paz com o outro porque só assim o outro se sente no estado de Justiça”, disse aos estudantes.



Defensora-geral, Christiane Malard (1ª, à esquerda), compõe a mesa solene do evento

Diretor da Faculdade de Direito da UFMG, prof. Fernando Gonzaga Jayme; defensora-geral, Christiane Malard; ministra do STF, Cármen Lúcia; e o 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Kildare Gonçalves Carvalho

AGENDA EM BRASÍLIA

Defensora pública-geral faz visita ao ministro Sebastião Reis, do STJ

No dia 15 de março, data que celebra o Dia Mundial do Consumidor, a defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, esteve no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no gabinete do ministro Sebastião Reis.

Na ocasião, a DPG e o ministro conversaram sobre ações repetitivas, recursos, estratégias e sobre a importância da DPMG nos Tribunais Superiores. Christiane Malard aproveitou o ensejo para convidar o ministro Sebastião Reis, que também é mineiro, para participar de uma roda de conversa durante as comemorações dos 40 anos da Defensoria Pública de Minas Gerais, o que foi prontamente aceito.

Sebastião Reis foi investido no cargo de ministro do STJ em 2011 e atualmente é presidente da Terceira Seção e da Sexta Turma, além de membro da Comissão de Jurisprudência.



Subdefensor público-geral Institucional do Rio Grande do Sul, Marcelo Dadalt; defensora pública-geral de Minas, Christiane Neves Procópio Malard; ministro Sebastião Reis; e o defensor público Rafael Raphaelli

II Reunião do Condege define proposta de integração com a Ouvidoria Nacional

A defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na 2ª reunião ordinária de 2016, do Colégio dos Defensores-Gerais (Condege), que aconteceu no dia 15.03.2016, em Brasília. Presentes 22 representantes de defensorias públicas do país.

O tema central da reunião foi a proposta de inte-

gração entre o Condege, a Ouvidoria Nacional e a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), em busca de melhorias para as defensorias do país.

No encontro foi deliberado o lançamento de nota pública, pelo Condege, acerca dos últimos acontecimentos e desdobramentos da Operação Lava Jato.

>> continua na p.19



Defensores-gerais reunidos

Continuação da página 19

II Reunião do Condege define proposta de integração com a Ouvidoria Nacional

Como parte dos encaminhamentos, também, compuseram a pauta questões acerca do marco regulatório, apresentado pela Assessora Especial da Presidência da República, Laís Figueiredo Lopes.

O tema “Petição Integrada”, que visa à padronização de procedimentos nas Corregedorias das Defensorias Públicas, também foi objeto de debate pelos defensores-gerais presentes, que deliberaram sobre estratégias a serem traçadas para o cancelamento da aplicabilidade da Súmula 421, do Superior Tribunal de Justiça – “Os honorários advocatícios não são devidos

à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença” – frente à autonomia da Defensoria Pública.

Foi apresentado, ao final, o “Projeto Clemência”, voltado para a área prisional, desenvolvido pelos defensores Claudio Ângelo Correa Gonzaga, Marcello Paiva de Mello, Daniel Cardoso dos Reis, Rochester Oliveira de Araújo, Emídio Venturim, autores, também, do projeto “Da Tranca Pra Rua - A Execução Penal na Voz dos Presos”, ganhador da edição 2015, do prêmio Innovare.

Defensora-geral reúne-se com o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade

Em continuidade às reuniões estratégicas que a Defensoria-Geral tem realizado com o Governo Estadual, dia 10.03.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, reuniram-se com o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade.

O encontro ocorreu no BDMG e contou também com a participação do assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares; do coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha; do defensor público em atuação em Uberlândia, Gustavo Humberto Ramos; e do assessor jurídico do vice-governador, David Tavares.

Durante a reunião, foi abordada a expansão da DPMG na Região Norte do Estado, com a instalação

da Instituição em três novas comarcas e a inauguração de nova sede em Janaúba. Avanço este, que somente foi possível devido ao apoio do governo estadual, conforme ressaltado pela defensora-geral. A defensora pública-geral, Christiane Malard, mencionou também a expansão dos serviços da Defensoria Pública em Uberlândia, bem como a inauguração, em breve, da nova sede da DPMG na comarca.

Outro ponto destacado pela defensora-geral, Christiane Malard, foi o recente encaminhamento, à Assembleia Legislativa, do projeto de lei prevendo reforma parcial do texto da lei orgânica. O vice-governador, que foi o grande responsável pela aprovação da Lei Complementar 65/2003, renovou o seu apoio à Instituição, em relação à tramitação do projeto.



Em sentido horário: defensor público, Gustavo Humberto Ramos; assessor jurídico do vice-governador, David Tavares; coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha; DPG Christiane Malard; vice-governador, Antônio Andrade; subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; e o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares

Defensora-geral visita secretários estaduais

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos, visitaram, dia 01.03.2016, o secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Paulo Guedes, e o se-

cretário adjunto de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru), Bruno Oliveira Alencar, quando conversaram sobre assuntos institucionais e fizeram convite para as inaugurações no Norte de Minas.

Da esquerda para a direita: Sargento Claudinei Martins, o secretário Paulo Guedes, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard e a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos



A assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o secretário adjunto de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, Bruno Oliveira Alencar

Defensora pública-geral e equipe participam de reunião na Advocacia Geral do Estado

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e o assessor Institucional, Nikolas Macedo Katopodis, participaram, dia 14.03.2016, de reunião na Advocacia Geral do Estado (AGE), com o advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior, e o chefe de Gabinete, Robson Lucas da Silva, ocasião em que discutiram assuntos institucionais relativos às restrições orçamentárias decorrentes do atingimento, pela administração pública estadual, do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Da esquerda para a direita: o chefe de gabinete da AGE, Robson Lucas da Silva; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; o advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis

Defensoria Geral prestigia posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça Militar

O subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG), eleita para o biênio 2016/2017, que ocorreu no dia 14.03.2016, no Teatro Francisco Nunes.



O presidente do TJMMG, Fernando Galvão da Rocha; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; e o deputado, Roberto Andrade

Foram empossados: o presidente, Fernando Galvão da Rocha; o vice-presidente, coronel James Ferreira Santos; o corregedor, coronel Sócrates Edgard dos Anjos; o diretor da Escola Judicial Militar, Fernando Armando Ribeiro; e a diretora do Foro Militar, Daniela de Freitas Marques.



O assessor Militar da DPMG, Westerson Guimarães Pinto; a diretora do Foro Militar, Daniela de Freitas Marques; e o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima

Comissão de Reforma da Deliberação 07/2004 realiza a primeira reunião

A Comissão de Reforma da Deliberação 07/2004 reuniu-se no dia 14.03.2016, na sala de reuniões do Gabinete da Defensoria Pública-Geral, para iniciar os trabalhos relativos à reforma do Regimento Interno do Conselho Superior. Participaram da reunião a defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, os conselheiros, Ricardo Sales Cordeiro, Fernando Campelo Martelleto, Érika Almeida Gomes, além da chefe de Ga-

binete, Luciana Leão Lara. A reunião contou também com a participação do superintendente de Informática, Kellison Murta, convidado para esclarecimentos acerca da proposta de criação do sistema de informatização dos procedimentos e processos administrativos disciplinares em trâmite no Conselho Superior.

• A próxima reunião da Comissão será no dia 4 de abril, às 9h30.



O superintendente de Informática, Kellison Murta; o corregedor-geral e presidente em exercício da Comissão, Ricardo Sales Cordeiro; a conselheira Érika Almeida Gomes; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o conselheiro Fernando Campelo Martelleto; e a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara

Projeto Planejamento Estratégico é apresentado para a Administração Superior, defensores públicos e servidores

A Defensoria Pública apresentou, dia 11.03.2016, em reunião no auditório da Instituição, o projeto Planejamento Estratégico, para a Administração Superior, defensores públicos e servidores. Na abertura, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, citou Mateus, 7:24-27 (*Portanto, quem ouve estas minhas palavras e as pratica é como um homem prudente que construiu a sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, e ela não caiu, porque tinha seus alicerces na rocha. Mas quem ouve estas minhas palavras e não as pratica é como um insensato que construiu a sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, e ela caiu. E foi grande a sua queda.*) remetendo à necessidade de planejamento, e ressaltando a importância do planejamento estratégico para a Defensoria Pública, por ser a base para o plano de gestão da Instituição.

Christiane Malard disse que “o planejamento estratégico é importante para redesenhar a missão, visão e valores da Defensoria Pública, permitindo identificar os desafios, oportunidades, ameaças e como mudar para melhorar o relacionamento, o trabalho, a produtividade, a interação e otimizar os recursos”. A defensora pública-

geral ressaltou a necessidade e a importância do envolvimento e da participação de todos no processo, defensores públicos e servidores.

- **Dúvidas e sugestões** podem ser encaminhadas para planejamento.estrategico@defensoria.mg.gov.br

O professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro, que assessora a Defensoria Pública na implementação do programa, Marconi Martins de Laia, fez a apresentação do projeto, destacando que o planejamento estratégico define objetivos e metas. “As organizações precisam priorizar, porque as ações guardam relação de dependência, e o tempo é recurso escasso, assim como os recursos”, ressaltou, sobressaindo a importância do planejamento estratégico para o desenvolvimento dos objetivos e metas da Defensoria Pública.

De acordo com Marconi Laia, ao estabelecer objetivos, indicadores, estratégias e metas, e acompanhar a sua execução, o planejamento estratégico dá foco às ações e melhora o desempenho geral da instituição. “A definição das prioridades é um passo importante neste processo, ressaltou”. O principal propósito do planejamento estratégico é definir a missão, a visão e os valores da Defensoria Pública.



Da esquerda para a direita: A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Hellen Caires Teixeira Brandão; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o professor Marconi Martins de Laia; e o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins

Encontro discute atuação da Defensoria Pública junto aos movimentos sociais

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais sediou, nos dias 04 e 05.03.2016, o I Encontro Nacional da Defensoria Pública com os Movimentos Sociais. Aberto às 9h, no auditório da DPMG, o evento, promovido pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), com apoio da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), e da Defensoria Pública-Geral, teve como objetivo estreitar os laços entre os defensores públicos e os movimentos sociais, de forma a possibilitar uma atuação voltada para a coletividade e ao atendimento das demandas dos diversos grupos vulneráveis representados por esses movimentos.

Na abertura, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, citou o papa Francisco: “Os pobres não só padecem injustiça, mas também lutam contra ela!”, para dizer que, na “sociedade brasileira, a reprodução da desigualdade social não só existe em virtude de um passado distante, como a escravidão ou a origem portuguesa no tocante a colonização, mas também é reproduzida diariamente e por meios modernos”.

Christiane Neves Procópio Malard acrescentou que “a Defensoria Pública é um instrumento social

capaz de articular as diversidades em prol de uma sociedade mais igualitária”. E ressaltou que não “é papel da Defensoria Pública reproduzir posições, mas sim criar para seu público alvo as condições para que sejam inseridos em um discurso público apto a garantir direitos. Uma verdadeira construtora de pontes”.

O cantor, compositor e ativista social, Tico Santo Cruz, fez a palestra de abertura do evento, ocasião em que contextualizou a importância dos movimentos sociais no momento político que o país atravessa, com o aprofundamento das contradições e o risco de supressão das garantias e liberdades individuais. E criticou o projeto de Lei 2016/15, que tipifica o crime de terrorismo.

Na parte da tarde, os participantes dividiram-se em grupos que discutiram os temas: Conflito urbano / População de rua / Híppies; Conflito /agrário / Comunidades Quilombola / Desigualdade Racial / Socioambiental; Pessoa privada de liberdade / Egresso / Familiares de presos; Saúde / LGBTT; Idoso / Infância / Deficientes / Mulheres em situação de violência.

>> continua na p.24



Da esquerda para a direita: O vereador Adriano Ventura; presidente do Colégio de Ouvidorias Gerais de Defensorias Públicas, Alderon Costa; cantor e compositor Tico Santa Cruz; presidente da Anadep, Joaquim Neto; diretor de Articulação Social da Anadep e vice-presidente da Adep-MG, Heitor Baldez; presidente da Adep-MG; Eduardo Generoso, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard e a vereadora Elaine Matozinhos

Continuação da página 23

Encontro discute atuação da Defensoria Pública junto aos movimentos sociais

Grupos foram formados para debater os temas do encontro



De acordo com o diretor de articulação social da Anadep e vice-presidente da Adep-MG, Heitor Baldez, com este evento as associações pretendem estreitar os laços entre os defensores públicos e os movimentos sociais, de forma a possibilitar uma atuação voltada para a coletividade e ao atendimento das demandas dos diversos grupos vulneráveis representados por esses movimentos.

O presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso, ressaltou que o encontro permite a integração dos defensores públicos com os movimentos sociais, “o que trará bons frutos para a defesa do cidadão brasileiro”, destacou.

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou do encerramento, dia 05.03.2016, quando a socióloga e ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia, Vilma Reis, falou sobre as lutas ligadas aos direitos de mulheres, crianças e população negra. Segundo Reis, é por meio dos movimentos sociais que a Defensoria Pública vai acessar e ampliar as suas tarefas com a sociedade brasileira.

[>> Clique aqui para ver mais fotos.](#)



Representantes de movimentos sociais e defensores públicos debateram as possibilidades de interação e propostas para atendimento das demandas populares pela Defensoria Pública

Defensoria Pública participa de palestra sobre novo CPC proferida pelo professor doutor Fredie Didier Júnior

Dia 04.03.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com o professor doutor Fredie Didier Júnior, em evento promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Na oportunidade o processualista proferiu a palestra “As Tutelas Provisórias no Novo Código de Processo Civil”.

Participaram também a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; e o coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa.

Após a palestra, a DPG cumprimentou o professor doutor Fredie Didier Júnior, destacado processualista brasileiro, com efetiva participação na criação do projeto do novo CPC, convidando-o a comparecer à DPMG para proferir palestra para os defensores mineiros.



Professor doutor Fredie Didier Júnior; DPG Christiane Malard; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa; e a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão

ASSESSORIA JURÍDICO-INSTITUCIONAL

Cláudio Miranda Pagano e Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias

Sistema RUPE para preenchimento de RPV devido em prol da Defensoria Pública sofre adaptação para melhor funcionamento

Em 25.11.2015, a Defensoria Pública oficiou a ASPREC – Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, reportando-lhe problemas no preenchimento de dados no RUPE, para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV) de honorários de sucumbência devidos em favor da DPMG.

Foi-lhe relatado que o problema vivenciado pelos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, quando da solicitação de dados a serem inseridos no RUPE, para fins de expedição de RPV de honorários, residia precisamente no fato dos honorários não pertencerem ao Defensor Público, mas sim a fundo de aparelhamento da Instituição (art. 4º, XXI, da Lei Complementar Federal nº 80/94), razão pela qual não se fazia possível o preenchimento do RUPE com o CPF do Defensor Público.

Assim, solicitou-se a adequação do sistema, a fim de possibilitar o preenchimento de tal ferramenta somente com o CNPJ da Defensoria Pública (CNPJ nº 05.599.094/0001-80), quando relacionado à expedição de RPV de honorários de sucumbência a ela pertencentes, afastando-se, assim, a necessidade de disponibilização do CPF do Defensor.

No dia 09.03.16, a Defensoria Pública foi comunicada pela ASPREC que o sistema RUPE sofreu adaptação, nos moldes solicitados pela Instituição, o que, a partir de agora, permitirá que o Defensor Público solicite, judicialmente, a expedição de RPV em prol da Defensoria Pública sem a necessidade de disponibilização de seu CPF, além de poder se valer do sistema para gerar RPV em processos do PJe e Projudi.

COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Defensoria Pública divulga relatório de monitoramento do PGA 2015-2016

A Coordenadoria de Convênios e Projetos (CooProc) da Defensoria Pública divulgou o relatório do monitoramento do Plano Geral de Atuação (PGA) 2015-2016, com o balanço do que foi realizado até março de 2016. Do total das 155 metas constantes no PGA, 53 foram totalmente cumpridas, 43,3% foram parcialmente cumpridas ou encontram-se em andamento e, 29,7 % não foram realizadas.

As ações do PGA 2015–2016 foram divididas em duas áreas temáticas: institucional e específica. A área institucional abrange as ações a serem executadas pela estrutura administrativa. 34,3% das metas previstas relacionadas à administração geral já foram totalmente realizadas e 50% estão em andamento ou foram parcialmente realizadas. São ações que buscam promover a expansão e modernização institucional, incluindo a valorização de defensores públicos e servidores.

A segunda área temática corresponde às atividades de atendimento jurídico. O PGA estabeleceu 79 objetivos no campo de atuação da Defensoria Pública a serem atingidos com a finalidade de dar maior qualidade e efetividade na prestação dos serviços. Deste número, 27 foram cumpridas e 29 estão em andamento.

Dentre as ações da área institucional, integralmente concluídas, destacam-se o encaminhamento, ao Poder Legislativo, do projeto de lei de adequação, às mudanças legislativas recentes e à autonomia da DPMG, da Lei Complementar Estadual nº 65/03; a contratação de terceirizados para auxílio administrativo, limpeza, transporte, manutenção, psicossocial e arquitetura; o aumento – ainda parcial – do número de vagas de estágio remuneradas e do valor da bolsa e do auxílio-transporte.

Ressalta-se, ainda, a instalação de 10 novas comarcas (Vespasiano, Ibirité, Santa Luzia, Janaúria, São João da Ponte, Francisco Sá, Ganhães, Conceição do Mato Dentro, Novo Cruzeiro e Nanuque); novas locações para as unidades de Janaúba, Uberlândia, Cambuí, Lagoa Santa, Alfenas, Cataguases, São Sebastião do Paraíso, Ubá; e a reestruturação das sedes de Juiz de Fora, Araguari, São João Nepomuceno, Caxambú, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Urgência Criminal, Conselheiro Lafaiete, Cooperação de Família e Cível Capital, Barreiro, Centro de Mediação e Barbacena.

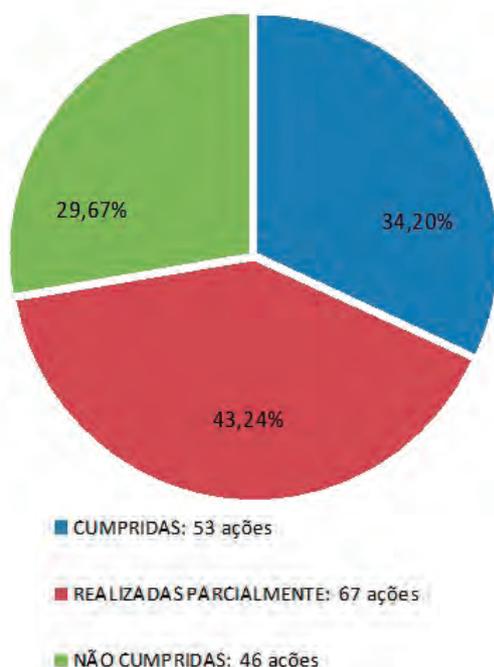
Na área de Capacitação, destaca-se a realização de encontros, cursos, seminários, entre outros, voltados para a capacitação de defensores e servidores, nas mais diferentes áreas do atendimento inicial e da atuação judicial e extrajudicial.

Já as ações relacionadas ao atendimento jurídico, destacam-se a realização da Defensoria Itinerante nas cinco macrorregiões do Estado; a produção de cartilhas educativas, com temas relevantes e de interesse institucional; a reestruturação do programa de atendimento humanizado aos assistidos da DPMG; realização do III Mutirão Direito a Ter Pai no Estado, com o recorde de 35 comarcas; a implementação do projeto Audiência de Custódia, junto ao TJMG; entre outros.

Adotado em 2011, o Plano Geral de Atuação tem natureza operacional, com foco no planejamento de ações em curto prazo, permitindo, assim, um diagnóstico da atual situação da Defensoria Pública. Está previsto, também como uma das metas do PGA, o monitoramento das ações a serem executadas, atendendo a princípios básicos da administração pública como os princípios da eficiência e transparência.

>> [Clique aqui para ler o relatório de monitoramento do PGA 2015-2016.](#)

Relatório de monitoramento do PGA 2015-2016



Plano Geral de Atuação 2016/2017: aberto para sugestões

Está aberto o prazo para apresentação de sugestões para integrar o PGA 2016/2017. A Coordenadoria de Convênios e Projetos (CooProC) da Defensoria Pública receberá, até o dia 21 de março, manifestações e sugestões para as ações e os programas que serão pautados para o próximo ano, sejam eles de cunho administrativo, sejam de cunho finalístico.

>> [Clique aqui para ler a Resolução nº 20/2016](#), que dispõe sobre a comissão para elaboração da proposta de PGA 2016/2017.

CONVITE

A Administração Superior convida todos os defensores e servidores a enviarem sugestões, para que seja possível, em conjunto, não apenas indicar as prioridades, mas alcançar o sucesso desejado. As manifestações deverão ser encaminhadas até o dia 21 de março para o e-mail: comissaopga2016@defensoria.mg.gov.br

Defensoria Pública e Crea Minas discutem a possibilidade de firmar termo de parceria

A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, o coordenador substituto da Defensoria Pública de Direitos Humanos, Aylton Rodrigues, e a coordenadora Local de Ponte Nova, Fernanda Saraiva, participaram, no dia 03.03.2016, de reunião com a assessora Jurídica, Fátima Amaral, e técnicos do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea Minas).

O encontro teve por objetivo iniciar as tratativas para formalização de Termo de Cooperação Técnica (TCT) visando a auxiliar a Defensoria Pública nas questões relativas ao reassentamento provisório das famílias vítimas do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, com desdobramentos em Ponte Nova.

Defensoria Pública visita Receita Federal em Minas para analisar possibilidade de convênio

Dia 08.03.2016, a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, e o gestor de Atendimento da Unidade II da Defensoria Pública, Bruno Lombardi, reuniram-se com o superintendente regional da Receita Federal do Brasil (RFB) em Minas Gerais, Hermano Lemos de Avellar Machado, e equipe, com o objetivo de iniciar tratativas de formalização de convênio visando à disponibilidade de acesso, pela Defensoria Pública, ao

CPF e ao CNPJ dos cidadãos que buscam atendimento na Instituição.

A medida visa, principalmente, ao aperfeiçoamento dos serviços prestados aos assistidos, uma vez que o acesso ao banco de dados da Receita Federal permitirá maior eficiência no atendimento, por meio da Central de Relacionamento com o Cidadão (CRC) ou do cadastramento de dados via Siged.



Em sentido horário: auditores-fiscais, Pietro Giovaninni e Paulo César Guaremo; chefe da Divisão de Interação com o Contribuinte, Soraya Raydan; gestor de Atendimento da Unidade II da Defensoria Pública, Bruno Lombardi; superintendente regional da Receita Federal em Minas Gerais, Hermano Lemos de Avellar Machado; coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar; e a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara

Defensoria Pública participa de audiência pública que aprovou parecer relativo ao projeto de lei sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência

A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, e a defensora pública, Cibele Cristina Maffia Lopes, em atuação na Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, participaram, dia 09.03.2016, de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que aprovou parecer de 1º turno favorável ao Projeto de Lei (PL) 2.223/15, do deputado Cristiano Silveira (PT), que dispõe sobre a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. Com isto, a proposição está pronta para análise do Plenário.

Foto Eric Bezerra/ALMG



A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, durante participação na audiência pública

Durante a audiência, a defensora pública, Cibele Cristina Maffia Lopes, ressaltou que a iniciativa é fundamental para garantir eficácia às medidas de proteção e prevenção da mulher e afirmou esperar que as políticas públicas para esse segmento sejam replicadas no Estado.

A chefe de Gabinete, Luciana Lara, destacou a participação da Defensoria Pública, por intermédio da Defensoria de Defesa da Mulher Vítima de Violência, na formulação de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres vítimas de violência, além da necessidade de acompanhar a implementação das medidas.

O PL 2.223/15 tem o objetivo de criar uma política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. A matéria preceitua os objetivos gerais, bem como define as diretrizes que nortearão as ações a serem executadas pelo Governo do Estado, de maneira intersetorial, integrada, sistemática e coordenada. Estabelece ainda que a coordenação e implementação da política caberá a órgão ou comissão competente, garantindo-se, nesse último caso, a participação de representantes da sociedade civil. Ao final, dispõe sobre a realização de fóruns estaduais e locais, com a participação dos órgãos públicos e de entidades da sociedade civil, para se debater a política e se elaborar o conjunto de ações e medidas adequadas à sua implementação.

Foto Eric Bezerra/ALMG



Paulo Lamac (deputado estadual Rede/MG), Cibele Cristina Maffia Lopes (defensora pública do Estado de Minas Gerais) e Nívea Mônica da Silva (promotora de justiça do Estado de Minas Gerais)

Inscrições Prêmio Innovare

O Prêmio Innovare, uma das mais bem conceituadas premiações da justiça brasileira, abriu, no dia 1º de março, as inscrições para sua 13ª edição. Este ano, o tema para concorrer nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Justiça e Cidadania, será livre.

• Os interessados podem apresentar práticas nas respectivas categorias acessando o site www.premioinnovare.com.br

As inscrições encerrarão no dia 12 de maio.

DPMG no Innovare

O projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), coordenado pela defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), recebeu Menção Honrosa, na categoria Defensoria Pública, no XII Prêmio Innovare.

Em 2006, o projeto de criação do Nudem-BH, atual Defensoria Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência, foi agraciado pelo Prêmio Innovare.



Projeto Sala de Espera

No Dia Internacional da Mulher, Projeto “Sala de Espera” debate violência doméstica e familiar

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no mês de março, todas as palestras do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” estão voltadas para o debate e informação sobre violência doméstica.

Dia 08.03.2016, a educadora e coordenadora de projetos sociais do Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança (Nave), Lucileide Colares, conversou com os assistidos presentes na Defensoria Pública sobre o tema “Como você lida com a violência doméstica e familiar?”.

“Vamos tirar o vestidinho de renda e o sapatinho de cristal e atolar o pé na lama”. Com essa frase, a educadora iniciou sua palestra, que abordou três pontos principais: o que é violência, o que pensamos sobre violência e, o conceito dos verbos ser e estar, neste contexto.

Lucileide Colares falou sobre os tipos de violência praticados, que vão além da agressão física. “Te-

mos que saber de fato o que é violência. Às vezes, achamos que não é, mas falar com o outro de forma agressiva é violência, desrespeitar seu direito e sua história de vida também é violência e o mesmo acontece quando alguém quer ter domínio de poder sobre outra pessoa”, esclareceu.

Como um antídoto às marcas físicas e invisíveis da violência, a educadora convidou os presentes a agirem como sujeitos da ação, como autores da vida, ressaltando o poder da transformação. “A grande diferença do ser humano é sermos capazes de transformar a realidade, nossa e a dos outros.”

>> continua na p.8

Continuação da página 19 | PROJETO “SALA DE ESPERA”

No Dia Internacional da Mulher, Projeto “Sala de Espera” debate violência doméstica e familiar

Lucileide Colares (ao centro), acompanhada pela coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, e pela defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do projeto



Abandono e violência da mulher paciente de câncer

“A violência e o abandono da mulher portadora de câncer” foi o tema da edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” do dia 10.03.2016. A vice-presidente do Lar Tereza de Jesus e assistente social, Shirley Pereira dos Santos Vieira, e a também assistente social de referido Lar, Flávia Miquelino, conversaram com os assistidos que aguardavam atendimento nas Unidades I e II, da DPMG, na Capital.

Ao falar sobre os tipos de violência sofridos pelas mulheres diagnosticadas com câncer, as assistentes relataram que a primeira violência é provocada pela própria mulher, que, na maioria das vezes, tenta ignorar e negar o problema. Em um segundo momento, ela e também os filhos, acreditam que a doença a levará ao

falecimento. Também no trabalho, a mulher tenta esconder a doença, por medo de preconceito e receio de ser demitida. As assistentes sociais enfatizaram a importância de se desmitificar a ideia da finitude que a doença carrega. “A doença tem cura. Quanto antes for diagnosticada, maiores as chances de cura”, afirmaram.

Shirley Pereira e Flávia Miquelino explicaram que, muitas vezes, o marido ou companheiro não oferece seu apoio à mulher, abandonando-a, no momento em que ela mais precisa. Segundo afirmaram, as estatísticas revelam que, de cada 100 mulheres com câncer, 20 são abandonadas definitivamente pelos maridos, enquanto, de cada 100 homens com a doença, apenas três são abandonados pelas mulheres.

Assistentes sociais, Shirley Pereira e Flávia Miquelino, e a defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do projeto



Defensoria Pública Itinerante

Defensoria Itinerante presta atendimento em Aracitaba

A Defensoria Itinerante esteve, no dia 7.03.2016, na cidade de Aracitaba, comarca de Santos Dumont, entre 9h e 14h, na praça Barão de Montes Claros, 16, no centro, em atividade com a participação de 169 pessoas. Foram realizados 43 atendimentos nas áreas de Família, Cível, Saúde, Criminal, Consumidor e Previdenciário.

Os trabalhos foram abertos às 9h30, na Escola Esta-

dual Francisco Homem, com palestra sobre “A questão da mulher na sociedade brasileira atual”, ministrada pela defensora pública Luciana Mourão Rezende. Para o coordenador Local de Santos Dumont, Geraldo Magela, “o projeto foi muito oportuno para divulgar as ações da Defensoria Pública e aproximá-la do seu público, e deve ser levado a outras cidades da comarca”.

Os defensores públicos, Luciana Mourão Rezende, em atuação em Santos Dumont, e o coordenador Local de Santos Dumont, Geraldo Magela Metri Pinto; o prefeito de Aracitaba, Antônio Carlos Neves de Melo; a vice-prefeita, Therezinha Marcília do Amaral Toledo e Luiz Renato



Defensoria Pública em Janaúba participa da 10ª Ação Rotária

A Defensoria Pública em Janaúba participou, no dia 28 de fevereiro, da 10ª Ação Rotária. A ação aconteceu na Escola Estadual Nhá-Gui Azevedo, no bairro Padre Eustáquio, em Janaúba.

Durante o atendimento, a Defensoria Pública esclareceu dúvidas sobre processos nas áreas cível e de família, como ações de reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia, divórcio, união estável e investigação de paternidade. Foram disponibilizados, ainda, serviços como atendimento médico, documentação básica, palestras, corte de cabelo, ginástica, além de ações esportivas e de lazer.

Para a defensora pública de Janaúba, Claudijane dos Santos Gomes Ferreira, a participação da Instituição em eventos sociais permite o fortalecimento entre a Defensoria Pública e a sociedade. “Foi um evento muito importante para sociedade, uma vez



que foi realizado em uma região mais periférica, onde as pessoas têm menos acesso a certos serviços, aproximando a Defensoria Pública a seus assistidos”, disse a defensora.

Eventos

Debate sobre direitos humanos promovido pelo MPMG contou com a participação da Defensoria Pública

No dia 14.03.2015, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno, no projeto “Colóquios Sociais – Mesas de Conversação”. Participou ainda do Colóquio a defensora pública, Maria Auxiliadora Viana Pinto, também em atuação na DDPH.

Em sua fala, a coordenadora da DDPH, defensora pública, Cleide Nepomuceno, elogiou a atuação do CAO Direitos Humanos e da Promotoria de Direitos Humanos, e acrescentou que a instituição do Ministério Público deve atuar sempre considerando o contexto socioeconômico dos envolvidos nos conflitos para fazer justiça, sobretudo nos conflitos fundiários urbanos e rurais e, na esfera criminal, nos crimes conhecidos por “crimes de bagatelas”.

A defensora pública também pediu especial atenção da Instituição nos casos de remoções forçadas, “sobretudo em desapropriações de assentamentos informais ou irregulares, pois, nestes casos, há um loteador que vendeu os lotes em desrespeito à Lei 6766/79 e, potencialmente, cometeu um ilícito, e, quando o ente público vai desapropriar estes locais, ele desapropria o proprietário, que é justamente o cidadão que já lucrou com a venda clandestina dos lotes e que pode receber pela posse e propriedade dos lotes, em detrimento do morador, a quem o ente público cos-

tuma oferecer apenas a indenização das benfeitorias, ou seja, da construção”. Segundo a coordenadora, “a Defensoria Pública tem sustentado a tese de que o morador e posseiro destes locais têm direito a receber o valor da posse em quantia equivalente à propriedade, em detrimento do proprietário da área, que já recebeu com a venda e não pode ser beneficiado, ainda mais tendo cometido, potencialmente, um ilícito”.

Promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH), o evento teve como objetivo principal discutir o papel desempenhado pelo MPMG na defesa dos direitos humanos.



Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda; defensoras públicas, Maria Auxiliadora Viana Pinto e Cleide Aparecida Nepomuceno; e o procurador-geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt



Coordenadora da DDPH, defensora pública, Cleide Nepomuceno (1ª, à esquerda), compôs mesa no evento

Eventos | continuação

Audiência Pública apresenta a Defensoria Pública em Santa Luzia

A Câmara Municipal de Santa Luzia promoveu, dia 11.03.2016, audiência pública para apresentação da Defensoria Pública, com a participação dos defensores públicos Adail Martins e Bruna Helena Neves Oliveira Roldan, em atuação na Comarca de Santa Luzia, e Francis Oliveira Rabelo Coutinho, em atuação na Defensoria Pública de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, que passa a executar o

projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (MESC) na cidade.

A proposta e fomento da audiência pública foi uma união de esforços da Defensoria e do vereador Sandro Coelho, que presidiu o evento e de quem partiu a iniciativa de apresentação da Defensoria Pública de Santa Luzia para seus pares. Sandro Coelho abriu o evento elogiando a Instituição, falando de seus desafios e importância para a comunidade.

Bruna Helena Neves e Adail Martins falaram sobre a Defensoria Pública, sua atuação e relevância para população. Detalharam o funcionamento dos trabalhos em Santa Luzia, área de atuação, critérios para atendimento e como o público deve proceder para acessar os serviços. Por sua vez, Francis Coutinho falou sobre a atuação extrajudicial da Defensoria Pública, ressaltando o projeto MESC, que começa a ser desenvolvido em uma escola estadual da Comarca.

A audiência contou com a presença do assessor Militar da Defensoria Pública, cabo Claudinei Martins, líderes comunitários, conselheiros tutelares, secretários de governo, o comandante da Polícia Militar, delegados de Polícia, o presidente da OAB e vereadores da região.



A defensora pública Francis Coutinho; o assessor Militar, Cabo Claudinei; e a defensora pública Bruna Helena Neves Oliveira



Apresentação da Defensoria Pública reuniu autoridades e representantes da sociedade civil na Câmara Municipal de Santa Luzia

DPMG na mídia

Defensora-geral fala sobre o trabalho da DPMG voltado para as mulheres

A edição do dia 05 de março, do programa “30 Minutos”, exibido pela Rede Minas e apresentado pelo deputado federal Lincoln Portela, contou com a participação da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, que falou sobre o trabalho da Defensoria Pública voltado para a garantia dos direitos das mulheres.

[>> Clique aqui para ver o programa.](#)



Artigo do jornalista Eduardo Costa destaca trabalho realizado por defensora pública em Ribeirão das Neves

Em artigo publicado em seu blog no jornal *Hoje em Dia*, o jornalista Eduardo Costa destacou o trabalho da defensora pública em atuação em Ribeirão das Neves, Daniele Bellettato, realizado em conjunto com a juíza da 2ª Vara Criminal da Infância e da Juventude da comarca, Lívia Borba, com o promotor da Vara da Infância, com a Secretária de Educação e com



alguns diretores de escolas. A iniciativa, que prevê intervenção precoce e preventiva para evitar o abandono dos estudos e o ingresso no mundo da criminalidade e das drogas, tem apresentado resultados positivos e, em um ano de implantação, tem evitado reincidência de delinquência no ambiente escolar.

[>> Clique aqui para ler o artigo.](#)

Jornal “Hoje em Dia” destaca atuação do projeto Mesc

O trabalho desenvolvido pelo projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), coordenado pela defensora pública, Francis de Oliveira Rabelo, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), foi tema de reportagem veiculada na edição do dia 13 de março do jornal “Hoje em Dia”.

[>> Clique aqui para ler a matéria.](#)



DPMG na mídia

Programa Extra-Classe entrevista defensora pública sobre Lei Maria da Penha

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência, participou, dia 12.03.2016, do programa Extra-Classe, da Rede Minas, que abordou dez anos da Lei Maria da Penha e da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.



DPMG consegue interdição de presídio em Varginha, por superlotação

Por meio da atuação do defensor público, Rodrigo Murad do Prado, em atuação na 1ª Defensoria Criminal e de Execuções Penais, em Varginha, o presídio do município foi interditado parcialmente.

O motivo principal é a superlotação do presídio, que está com 328 detentos, enquanto a capacidade seria para 92.

O defensor público explica que “após a comunicação oficial de que o Corpo de Bombeiros não havia renovado o alvará contra incêndio e pânico e de que a vigilância sanitária lacraria a farmácia que funciona no interior do estabelecimento prisional, somado ao fato de que, com a interdição das cadeias das cidades circunvizinhas, de Elói Mendes e Guapé, os detentos que lá estavam foram transferidos para o presídio de Varginha, gerando superlotação, entendi por bem requerer a interdição parcial do presídio de Varginha”.

Com a interdição, o presídio não poderá receber mais detentos.

A atuação foi tema de reportagem veiculada pela Rede Globo Sul de Minas.

[>> Clique aqui para ver.](#)



Artigo analisa mudança de versão em denúncias de agressão a mulheres

O defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho, em atuação em Betim, publicou artigo no site Justificando.com, sobre o tema “Podemos culpar por denúncia caluniosa a vítima de agressão que altera seu depoimento?”. No artigo, Rômulo Veloso discute a mudança de versão feita pela mulher vítima de agressão no lar, com aparente intuito de brechar a condenação do suposto agressor, e as consequências legais desta atitude.

[>> Para ler o artigo na íntegra acesse aqui.](#)



Visitas à Defensoria Pública-Geral

Defensora-geral recebe visita do presidente do Tribunal de Justiça Militar

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, dia 10.03.2016, a visita do presidente do TJMMG, coronel Sócrates Edgard dos Anjos, quem a convidou para a solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça Mili-

tar do Estado de Minas Gerais (TJMMG), realizada dia 14.03.2016, no teatro Francisco Nunes. Acompanham o coronel Sócrates Edgard do Anjos, o presidente a ser empossado, Fernando Galvão da Rocha, e o vice, coronel James Ferreira Santos.

Da esquerda para a direita: O coronel James Ferreira Santos, Fernando Galvão da Rocha, o coronel Sócrates Edgard dos Anjos, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, o tenente coronel Westerson Guimarães Pinto, da Assessoria Militar da DPMG



Defensoria-Geral recebe visita do coordenador Regional de Divinópolis

O coordenador Regional e Local de Divinópolis, Vanderlei Capanema, visitou, dia 11.03.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, quando tratou de assuntos institucionais. Antes da reunião, o defensor público participou da reunião de apresentação do Planejamento Estratégico, realizada para servidores e defensores no auditório da Defensoria Pública.

O coordenador Regional e Local de Divinópolis, Vanderlei Capanema, e a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard



Convites



CONVITE

A Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard e o Coordenador da Regional Metropolitana e Coordenador Local, Dante Otávio Simeão Gontijo, convidam para o encontro que marcará a apresentação da nova Unidade de Execuções Penais da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves, bem como a expansão do atendimento da Instituição na comarca.

Dia 21 de março de 2016, segunda-feira, às 10:30 horas

Local: Praça das Esplanadas, casa 14, bairro Vila Esplanada
Ribeirão das Neves - MG | Cep: 33805-660

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.gov.br | Telefones: (31) 3526-0515 | 0516 | 0517



CONVITE

A Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, o Coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha, e o Coordenador Local, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, convidam para a **solenidade de inauguração da nova unidade da Defensoria Pública no Município de Uberlândia.**

Dia 28 de março de 2016, segunda-feira, às 10 horas

Local: Avenida Fernando Vilela, nº 1313, Bairro Martins,
Uberlândia - MG | cep: 38400-456

Confirmação de presença
cerimonialdpmg@defensoria.mg.def.br | Telefones: (31) 3526-0515 | 0516 | 0517

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional | Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual

